

LAZER URBANO, CONTEMPORANEIDADE E EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES

*Profa. Dra. Christianne Luce Gomes**

Resumo: Este artigo objetiva analisar alguns aspectos do lazer urbano contemporâneo. Foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica norteada pelos questionamentos: Quais impactos a vida social cidadina gera no lazer da população, que se “urbaniza” cada vez mais? De que maneira o lazer poderá contribuir com o repensar de dilemas que marcam a sociedade contemporânea? Para compreender essas questões, o primeiro tópico do texto apresenta uma análise conceitual sobre o lazer, que é entendido como uma dimensão da cultura. Em seguida, discute-se o sentido de “urbano” ressaltando a complexidade de relações culturais, sócio-econômicas, temporais e espaciais que o constituem. Na terceira e última parte do artigo, tomando-se o turismo como exemplo, são problematizadas questões fundamentais para a compreensão do lazer urbano contemporâneo como estímulo à educação das sensibilidades, pois, este fenômeno reflete expressivamente os impasses e tensões da vida contemporânea.

Palavras-chave: Lazer; urbano; sociedade contemporânea; educação das sensibilidades.

Abstract: This article objective to analyze the contemporary urban leisure. It was elaborated from a bibliographical research guided by the questionings: Which impacts city social life generates on population leisure, which gets more and more "urbanized"? How leisure can contribute with a new reflection about some of the quandaries that mark the contemporary urban society? To understand these questions, the first topic presents a conceptual analysis of leisure, understood as a culture dimension. After that, the meaning of "urban" is argued emphasizing the complexity of cultural, social, economic, space and time relations that constitute it. In the third and last part of the article, taking tourism as example, basic questions for the understanding of contemporary urban leisure (as stimulus to the sensibilities education) are questioned, once urban leisure is strongly related to impediments and tensions of contemporary life.

Key-words: Leisure; urban; contemporary society; sensibilities education.

* Docente da Universidade Federal de Minas Gerais, atuando nos níveis de Graduação e de Pós-graduação especialmente com os cursos de Turismo e de Educação Física. Endereço para correspondência: DEF - Av. Antonio Carlos 6627 – Campus UFMG, Pampulha. Belo Horizonte, Minas Gerais. CEP.: 31.270-901. Fone: 31-3409-2333. E-mail: chris@ufmg.br. Formação: Graduada e Mestre em Educação Física, Especialista em Lazer e Doutora em Educação. Atualmente é professora e coordenadora do Mestrado acadêmico em Lazer – Multidisciplinar – da UFMG. Líder do Grupo de Pesquisa “Lazer, cultura e educação – LACE”/CNPq. É membro do Conselho Editorial de periódicos indexados e autora de diversos livros e artigos sobre a temática do lazer.

Repensando o conceito de Lazer

Durante muito tempo, a definição de lazer elaborada por Dumazedier (1976) foi utilizada como referência no Brasil e em outros países. Observa-se que esse conceito ainda é bastante empregado em muitas áreas do conhecimento, tais como sociologia, psicologia, pedagogia, turismo, administração e terapia ocupacional. Para o autor, o lazer

“é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.” (DUMAZEDIER, 1976, p.34)

Em suas análises, Faleiros (1980) destacou algumas fragilidades e incoerências desta definição.¹ Adotando uma postura consistente mas que, por vezes, torna-se radical, afirma que Dumazedier procura explorar as implicações do que considera lazer sem, no entanto, compreender a dinâmica social que permite a manifestação dessas atividades. Ressalta que o sociólogo francês pretendeu construir um conceito operacional cuja utilização, no máximo, implica no preenchimento do lazer por atividades sociais que atenderiam as suas características, sem, entretanto, conseguir explicá-las. Segundo a interpretação da autora, para Dumazedier o lazer seria um “invólucro vazio” a ser preenchido com determinadas atividades.

É importante esclarecer que, para conceituar o lazer, Dumazedier (1976, 1979) tomou como referência as sociedades industriais avançadas do século XX, fossem elas capitalistas ou socialistas. Por um lado, nos dias de hoje observa-se uma passagem da sociedade industrial para a sociedade de serviços, o que demanda analisar criticamente o conceito

¹ Entre outros pontos, Faleiros (1980) questiona o fato de Dumazedier restringir as atividades de lazer como próprias à “civilização técnica”. Na sua compreensão, as análises sobre o lazer não deveria excluir as “civilizações tradicionais” e as sociedades rurais. Além disso, a autora contrapõe-se ao entendimento de lazer e trabalho como esferas opostas, como entende Dumazedier.

elaborado pelo sociólogo francês porque vivemos uma realidade muito distinta daquela considerada nos estudos por ele empreendidos na década de 1950. Por outro lado, ao defender a tese de que as atividades de lazer são preferíveis ao ócio, seu pensamento também necessita ser repensado.

O ócio é encarado como algo “nocivo” para o indivíduo e a sociedade por contrapor-se à lógica da produtividade e, assim, dificultar o disciplinamento das mentes e dos corpos dos operários. Atualmente essa questão vem sendo redimensionada no âmbito dos estudos sobre o lazer no Brasil e em outros países porque o ócio, enquanto manifestação cultural, em geral é repudiado quando há intenção de conferir utilidade e funcionalidade ao lazer, equivocadamente tratado como um apêndice do trabalho produtivo. Cometemos o mesmo erro quando acrescentamos adjetivos para justificar a importância de nossas experiências de lazer como sugerem, por exemplo, as expressões “ócio criativo” (defendida por DE MASI, 2000) e “lazer ativo” (questionada e analisada por ISAYAMA, 2007), porque elas se mantêm subjugadas à lógica da produtividade.

Além disso, Dumazedier define o lazer em *oposição* ao conjunto das necessidades e obrigações da vida cotidiana, especialmente do trabalho profissional, interpretação passível de questionamentos. Trabalho e lazer, apesar de possuírem características distintas, integram a mesma dinâmica social e estabelecem relações dialéticas. É preciso considerar o dinamismo desses fenômenos, atentando para as inter-relações e contradições que apresentam. Dessa maneira, trabalho e lazer não constituem pólos opostos: representam, outrossim, faces distintas de uma mesma moeda. Na vida cotidiana nem sempre existem fronteiras absolutas entre o trabalho e o lazer, tampouco entre este e as obrigações profissionais, familiares, sociais, políticas. Afinal, não vivemos em uma sociedade composta por dimensões neutras, estanques e desconectadas umas das outras, como o conceito de lazer proposto por Dumazedier nos faz pensar (GOMES, 2004).

O verbete “Lazer – Concepções” do *Dicionário crítico do lazer* (GOMES, 2004), desenvolve uma discussão mais detalhada sobre os conceitos de lazer elaborados por Dumazedier e por outros estudiosos brasileiros, dentre os quais Marcellino (1987). Ao

considerar o lazer como cultura vivenciada no tempo disponível, foi dado um importante e decisivo passo para uma compreensão mais contextualizada do lazer.

Essa “mudança de enfoque” indica que a consideração do lazer como um mero conjunto de ocupações (denominadas por Dumazedier de “lazer”) passa a ser redimensionada, no Brasil, no final da década de 1980, sendo esse fenômeno percebido sob o prisma da cultura. Mesmo que essa mudança conceitual não seja verificada efetivamente em todas as áreas do conhecimento, sugere uma ampliação do olhar sobre o lazer, o que é fundamental para o avanço do saber sobre este fenômeno em nossa realidade.

Situo-me, dessa forma, entre os pesquisadores que compreendem o lazer como um fenômeno cultural e afirmo que, mesmo com as diferenças conceituais verificadas entre os estudiosos brasileiros, verifica-se uma tendência na atualidade brasileira em *compreender o lazer como uma dimensão da cultura*.

Sobre esse aspecto, Alves (2003) chamou a atenção para a necessidade de também aprofundarmos conhecimentos sobre a cultura, evitando análises superficiais sobre o assunto. Cultura: palavra polissêmica, objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento que instiga várias correntes teóricas. Muitas são as abordagens, mas, assim como a autora acima, opto pela perspectiva antropológica para discutir o lazer como uma dimensão da cultura – o que não significa, no entanto, que a antropologia tenha uma única vertente teórica ou que suas várias abordagens compreendam a cultura da mesma maneira. Por isso, apóio-me em autores como Geertz (2001), Sahlins (2003) e Hall (2003) para compreender a cultura como produção humana e como dimensão simbólica na qual o significado é central.

Nessa perspectiva, o lazer é uma criação humana que está em constante diálogo com as demais esferas da vida. Participa da complexa trama histórico-social que caracteriza a vida em sociedade, é um dos fios tecidos na rede humana de significados, símbolos e significações. Gomes e Faria (2005) colaboram com essa discussão ao esclarecerem que o lazer deve ser pensado no campo das práticas humanas como um emaranhado de sentidos e significados dialeticamente partilhados nas construções subjetivas e objetivas dos sujeitos, em diferentes contextos de práticas sociais.

Constituído conforme as peculiaridades do contexto histórico e sociocultural no qual se desenvolve, o lazer implica “produção” de cultura — no sentido da reprodução, construção e transformação de diversos conteúdos culturais usufruídos por parte de pessoas, grupos e instituições (GOMES, 2008). Essas ações são construídas em um tempo/espaço de produção humana, dialogam e sofrem interferências das demais esferas da vida em sociedade e nos permitem ressignificar, simbólica e continuamente, a cultura.

O lazer compreende, assim, a vivência de inúmeras manifestações da cultura, tais como o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte e também as formas de artes (pintura, escultura, literatura, dança, teatro, música, cinema), entre várias outras possibilidades. Inclui, ainda, o ócio, uma vez que esta e outras manifestações culturais podem constituir, em nosso meio social, notáveis experiências de lazer. Todavia, essas práticas assumem significados diversos ao dialogar com um determinado contexto, ao se materializar em um determinado tempo/espaço e, também, ao assumir um papel peculiar para os sujeitos, para as instituições e para os grupos sociais que as vivenciam.

Seguindo essa linha, o lazer é concebido como

“uma dimensão da cultura constituída pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações – especialmente com o trabalho produtivo.” (GOMES, 2004, p.125)

Essa compreensão de lazer envolve quatro elementos inter-relacionados, os quais refletem as condições materiais e simbólicas que caracterizam a vida em sociedade: (a) o *tempo*, que corresponde ao usufruto do momento presente e não se limita aos períodos institucionalizados para o lazer; (b) o *espaço/lugar*, que vai além do espaço físico por ser um “local” do qual os sujeitos se apropriam no sentido de transformá-lo em ponto de encontro para o convívio social; (c) as *manifestações culturais*, que constituem as práticas vivenciadas como fruição da cultura e, por isso, detém significados singulares para quem as vivencia, e (d) a *atitude*, que se fundamenta na ludicidade – aqui entendida como expressão humana de

significados da/na cultura referenciada no brincar consigo, com o outro e com a realidade (GOMES, 2004).

Tomando esses quatro elementos como referência, observa-se que o lazer se inscreve no seio das relações dialeticamente estabelecidas com as diversas dimensões da nossa vida cultural (o trabalho, a economia, a política e a educação, entre outras), sendo institucionalizado na atualidade como um campo dotado de características próprias. Mas o lazer não é um fenômeno isolado, podendo tanto contribuir com o mascaramento das contradições sociais, como representar uma possibilidade de questionamento e resistência à ordem social injusta e excludente que predomina em nosso meio.

Nessa direção, o lazer representa um fenômeno sociocultural que se manifesta em diferentes contextos (histórico, social, político, etc) de acordo com os sentidos/significados que são produzidos e reproduzidos por meio de relações dialéticas dos sujeitos nas suas relações com o mundo. Enquanto uma dimensão da cultura, o lazer é dinâmico e, se por um lado é marcado pela diversidade, por outro constitui/é constituído pelas identidades distintivas de cada grupo social, colocando em realce os hibridismos que permeiam a relação global/local.

Tais reflexões revelam que lazer é um fenômeno complexo, permeado de conflitos, tensões e contradições. Como bem observam Gomes e Faria (2005), no lazer coexistem lógicas diferentes ao mesmo tempo. Sua trama cultural evidencia que é tempo/espaço de manifestação do tradicional e da novidade, de conformismo e de resistência. Sua ambigüidade indica que ora é mera reprodução da ordem social, ora totalmente produtor do novo.

As contradições e ambigüidades do lazer perpassam o nosso cotidiano, especialmente nos dias atuais, onde o ritmo de vida é demarcado pelas exigências do trabalho produtivo. Sobre esse aspecto, são pertinentes as palavras de Krippendorf (2003, p.37): “As cidades não se preocupam muito com o lazer nem com as necessidades de relaxamento dos seus habitantes. A maioria são cidades de trabalho, incompatíveis com uma vida plena.”

Porque será que essa situação é cada vez mais preocupante na contemporaneidade? Quais impactos gera no lazer da população, que se urbaniza cada vez mais? Recuemos no tempo para tentar compreender essas questões.

A composição do “tecido urbano” e seus reflexos na vida cotidiana²

Na língua portuguesa, a etimologia revela que o termo *urbano* é proveniente do latim *urbanum*, arado puxado por bois demarcando um território, indicando o sentido de povoação e o espaço de produção e de vida coletiva. O surgimento desse território prescindia, portanto, dos membros de uma comunidade residirem no espaço delimitado pelo arado. Segundo Monte-Mór (in: BRANDÃO, 2006), sua simplificação semântica gerou dois vocábulos: *urbe*, com o significado de relativo, ou pertencente à cidade; e *urbs*, tratando-se especificamente de Roma, cidade por excelência, que no seu apogeu foi vista como centro do mundo.

A intensificação do comércio e a divisão do trabalho, a princípio, propiciaram a afirmação da cidade como espaço do poder religioso, político e/ou econômico. Cidade como espaço de concentração do excedente coletivo, das trocas, do encontro, da sociabilidade e da festa. Assim, a cidade constituiu-se como expressão central de uma comunidade organizada a partir de suas instituições, leis, princípios religiosos, processos produtivos, procedimentos administrativos, serviços coletivos, patrimônios, tradições e manifestações culturais que constituem o lazer.

Comunidade, produção coletiva e organização são princípios que também caracterizavam a vida no campo, mas, na cidade, esses elementos adquirem uma dimensão bem mais complexa e elaborada. Assim foi engendrada, pouco a pouco, a imagem da cidade em contraposição ao campo, espaço rural que a circundava e com a qual passou a estabelecer antagônicas relações. O campo, até então auto-suficiente, foi concebido como um território à

² Algumas idéias contidas neste tópico fundamentaram a palestra por mim proferida no Colóquio cultural do XVIII Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL) realizado em Curitiba/PR (GOMES, 2006).

parte da centralidade urbana demarcada pela cidade, especialmente considerando as modificações processadas com o avanço da industrialização na modernidade.

Da maneira como hoje a entendemos, a urbanização foi um processo característico da cidade industrial. Por mais prestigiadas que fossem as cidades, até o século XIX o campo significava o grande produtor de riqueza. Com o avanço industrial as cidades européias se afirmaram como centros produtores no setor econômico, inaugurando uma nova forma de vida social. As cidades cresceram e a população dominante, do ponto de vista numérico, não é mais a rural, e sim a urbana. As descobertas técnicas se avolumaram, a produção em massa se organizou e a cidade passa a ser produtora de riqueza. Este é o processo chamado “urbanização”, que se define segundo Queiroz (in: GOMES, 2003) como um processo de transformação de sociedades agrárias em sociedades urbanas.

Lefebvre salienta que, com o avanço do modo de produção industrial capitalista, o campo passou a depender da cidade para sua própria produção, aquisição de ferramentas e bens de consumo de vários tipos. Foi essa situação de total subordinação do campo à cidade que intensificou o processo de urbanização em nosso contexto, trazendo como consequência a redução da *urbe* à cidade industrial: cidade de trabalho, injustiça e exclusão, atingindo os vários aspectos que compõem a nossa vida social. Obviamente essas transformações afetaram profundamente o lazer da população – sobretudo das camadas menos abastadas –, pois, sendo uma dimensão da cultura, ele dialoga com o contexto no qual se constitui.

Nesse contexto, a cidade industrial sofre um duplo processo que implica, por um lado, em *implosão* e, por outro, *explosão* (LEFEBVRE, 1999). A implosão se dá sobre a própria cidade, sobre a centralidade que se adensa, reafirmando os princípios ameaçados pela lógica capitalista. Por sua vez, a explosão atinge o espaço circundante e periférico com a extensão do *tecido urbano*, uma vez que este rompe e ultrapassa, em muito, as fronteiras concretas e simbólicas da cidade.

“O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, ‘o tecido urbano’, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do

predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano.”

Na contemporaneidade, as fronteiras que demarcam o espaço urbano e o espaço rural estão cada vez mais nebulosas e de difícil identificação. Desse modo, o “tecido urbano” pode ser compreendido como um território, um espaço integrado de produção e de vida coletiva que abarca uma multiplicidade de relações sócio-econômicas, políticas, culturais, temporais e espaciais. A sua extensão representa, ao mesmo tempo, forma e processo sócio-espacial que leva consigo as condições gerais de produção antes restritas às cidades, ampliando-as ao espaço regional imediato e, eventualmente, ao campo e áreas periféricas, conforme as demandas da produção (e reprodução coletiva) determinem.

Pode-se dizer que, hoje, o urbano abarca regiões mais amplas, circunvizinhas ou não, cujos espaços de vida e de trabalho “urbanizados” se estendem, com variável densidade, “sobre territórios próximos e distantes em um processo expansivo que se iniciou no século XIX e se acentuou irreversivelmente no século XX.” (Monte-Mór, in: BRANDÃO, 2006, p.186). “O tecido urbano sintetiza, assim, a expansão do fenômeno urbano da cidade sobre o campo e, virtualmente, sobre o espaço regional e nacional como um todo” (p.190).

Freqüentemente colocado como antítese do rural, hoje o sentido de “urbano” ganhou complexidade e diz respeito a uma gama de relações culturais, sócio-econômicas, temporais e espaciais entre formas/processos híbridos, que não são derivados exclusivamente da cidade, embora esta ocupe uma situação central e privilegiada. Mesmo com as peculiaridades que compõe nosso imaginário *campo X cidade e rural X urbano*, a idéia de contraposição é frágil e não mais se sustenta, sobretudo se considerarmos as transformações verificadas nos últimos tempos, em decorrência do avanço tecnológico – que possibilitou a criação de novas práticas e o incremento das habituais –, e da expansão dos meios de comunicação, com destaque para a mídia televisiva, a internet e as telecomunicações de uma forma geral.

Compreender essa nova natureza do espaço urbano, do espaço político-social colocado em evidência na contemporaneidade é um desafio que instiga profissionais de

diversas áreas. Afinal, mesmo que sejam observadas algumas iniciativas em contrário, temos sido educados num ambiente alienador, em que o observador ingênuo vê o mundo como se este fosse constituído de elementos independentes e separados uns dos outros. Como lembram Alves et al (2005), essa situação também é perceptível no campo do lazer. De acordo com os autores:

“Nosso sistema educacional, fruto do pensamento moderno, continua a nos ensinar a analisar, a isolar os objetos, a separar os problemas, mas, salvo raríssimas exceções, não nos tem ensinado a articulá-los uns com os outros. (...) Imersos nessa atmosfera, muitos profissionais, entre os quais os da área do lazer, têm se restringido ao desempenho de tarefas essencialmente práticas, cujas finalidades podem estar simplificadas, obscurecidas ou mascaradas. Atuando dessa forma, poderemos alcançar objetivos para os quais talvez não trabalhássemos se tivéssemos pleno conhecimento de seus desdobramentos e implicações sociais, políticas e pedagógicas.” (ALVES et al, 2005, p.37-38)

Para superar essas dificuldades é necessário desenvolver um trabalho sistemático, contínuo, abrangente e integrado que reconheça o lazer como um campo possível de sensibilização, conhecimento e mobilização político-pedagógica em nossa sociedade, no sentido de compreendê-la para ajudar a torná-la mais humana e democrática. Apesar do “lazer mercadoria” – que enfatiza práticas alienantes, efêmeras, consumistas e supostamente desconectadas da dinâmica social – ser um dos grandes bens estimulados nos dias de hoje, experiências críticas e criativas de lazer resistem à lógica excludente do capital, expõem as suas mazelas e descortinam novas possibilidades, pautadas em outros princípios e valores éticos.

Associada à dimensão humana, essa ética ressalta a importância de superar a visão e a estrutura funcional de cidade que fragmenta as dimensões da vida social: o projeto da modernidade que artificializou os tempos e espaços sociais, colocando em pólos distintos trabalho e lazer, por exemplo, precisa ser questionado e substituído por um outro, de caráter político-pedagógico, que conceba o ser humano e a vida como uma totalidade.

Relevante considerar a necessidade de que o urbano seja, sim, espaço de poder e de trabalho, mas, que seja também oportunidade de troca, de interação democrática entre o público e o privado, de convívio social com dignidade e de festividade lúcida. Afinal, diversos estudos já indicaram que a fragmentação do espaço e do tempo tem conseqüências drásticas para o lazer, cujas possibilidades acabam não sendo acessadas por aqueles que, ao longo da história, acabaram acumulando uma série de exclusões. Reflexo disso é o fato de que a distribuição dos espaços públicos e privados de lazer na cidade, por exemplo, segue uma lógica de concentração em regiões que acabam favorecendo os grupos sociais privilegiados.³ Assim, a exclusão acaba assumindo várias facetas que, quando não são compreendidas e enfrentadas, podem perpetuar-se indefinidamente.

Será que o lazer pode contribuir com o repensar desses e outros dilemas que marcam profundamente a vida social contemporânea? De que maneira?

Lazer e educação das sensibilidades

Na sociedade contemporânea vivemos o tempo dos fluxos de informações, conhecimentos e imagens aparentemente construídos de formas interdependentes. Tais características introduzem novas estruturas sociais no que diz respeito às relações entre os indivíduos e às novas formas de agrupamentos, provocando maneiras diferentes de se situar nos tempos e espaços e produzindo um novo desenho para a sociedade. Um bom exemplo são as mudanças provocadas pelas TV's a cabo e internet, que rompem fronteiras (mesmo que virtualmente), possibilitando novas interações e construções dos sujeitos com o tempo e o espaço. Esse novo “desenho social” evidencia, ainda, a necessidade de refletirmos sobre os problemas advindos deste contexto, dentre outros, a produção de lixo em excesso, das conseqüências do uso indiscriminado das reservas naturais, do possível esgotamento de água potável, do aquecimento global e dos desastres naturais. É, portanto, dentro dessas novas

³ Peres (2004) desenvolveu uma ferramenta denominada “Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural” (Idac), que permite ter uma idéia mais nítida acerca da distribuição de equipamentos culturais em uma cidade ou bairro, verificando suas relações com outros parâmetros de desenvolvimento humano e social.

configurações societárias que o lazer pode colaborar com o desafio de humanizar o homem, desenvolvendo competências e habilidades para que este possa compreender sua realidade, intervindo na mesma de forma consciente (ALVES, 2003).

Um outro aspecto importante e que, cada vez mais, marca a atualidade, refere-se à imagem da cidade em oposição ao campo. Essa imagem precisa ser superada por meio do reconhecimento da complexidade, inter-conexão e hibridismo que envolve esses contextos. Por essa razão, é imprescindível refletir sobre os significados que estão por trás da nostalgia citadina que inspira uma certa paz, uma necessidade de comunhão com a natureza por meio de vivências de lazer no “campo” e no “mundo rural”. Como sugere Williams (2000), este movimento constrói um imaginário que busca, “ao menos nos finais de semana”, uma volta à natureza, seja através dos esportes de aventura e das atividades corporais, da manutenção de uma casa de campo, um passeio à praia, floresta ou montanha.

As festas, eventos e espetáculos “country” voltados ao entretenimento, por exemplo, não raras vezes incorporam e reforçam os princípios em voga nos grandes centros urbanos – dos quais, curiosamente, muitos pretendiam fugir. Por outro lado, é também imprescindível entender o significado que as vivências de lazer “tipicamente citadinas”, tais como aquelas proporcionadas pelos espaços privados, como shoppings, adquirem para aqueles que de fato residem afastados das grandes cidades. Ou até mesmo o sentido que o lazer adquire para aqueles que fazem parte deste território, uma vez que, como visto, o tecido urbano engloba todas essas possibilidades.

Assim, é urgente indagar: Na contemporaneidade, qual a razão dessa premente necessidade de evasão da cidade para o campo, e vice-versa?

Não há uma única resposta para essa questão, mas algumas pistas para compreendê-la com mais profundidade podem ser encontradas articulando-se os temas aqui discutidos. O lazer urbano também reflete, expressivamente, os impasses e tensões da vida contemporânea; suas ambivalências; a beleza e o espetáculo do patrimônio natural e histórico-cultural, monumentos, tradições e manifestações culturais; a degradação e a barbárie das guerras, da violência, da miséria, do consumismo, do individualismo. Emergência de outras centralidades

que, como nos diz Paula (in: BRANDÃO, 2006), são decorrentes da livre expressão dos vários sujeitos que buscam no urbano a fundamental possibilidade emancipatória para reconstruir e dinamizar a sociedade. Processo esse que poderá ser concretizado por meio de experiências de lazer condizentes com o projeto de sociedade que se deseja constituir.

Para enriquecer a discussão sobre os limites e potencialidades do lazer urbano contemporâneo podemos tomar o turismo como exemplo. Esta é uma possibilidade de lazer que marcou decisivamente o século XX, sobretudo do ponto de vista econômico. Muitos analistas, investidores e lideranças políticas de diversos países destacam a importância do turismo para a geração de renda, desenvolvimento, novos investimentos e criação de empregos.

Embora o turismo desempenhe um papel socioeconômico fundamental na atualidade, tornando verídica a afirmação acima, algumas reflexões são necessárias: Quem se apropria das riquezas produzidas com o desenvolvimento do turismo? Elas são partilhadas de uma forma eqüitativa por todos aqueles que a produzem socialmente? Quem realmente se beneficia com os investimentos efetuados? Que tipo de ocupação profissional é requerido neste mercado de trabalho? A população residente no local que acolhe os “atrativos turísticos” participa como sujeito deste processo? As políticas públicas de turismo são planejadas, implementadas e avaliadas considerando os princípios democráticos? Ou o papel do Estado limita-se apenas a conceder ao mercado a oportunidade de “explorar” o turismo, por exemplo, em troca da pavimentação de alguns trechos rodoviários (condição necessária para facilitar o acesso ao empreendimento turístico), do estímulo ao comércio (que pode aumentar também o custo de vida da população autóctone) e da absorção de parte da mão de obra local (que obviamente, é bem mais barata, sobretudo se for efetuada mediante contratações precarizadas de trabalho!)?

Outros elementos podem ser acrescidos ao debate sobre o turismo de lazer na contemporaneidade. Como o turismo se trata de uma área de pesquisa científica muito recente, instituições não acadêmicas como a Organização Mundial do Turismo (OMT)

acabam se tornando referência fundamental para a difusão de determinadas idéias e concepções. De acordo com Dias (2003, p.45), a OMT descreve o turismo como

“o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com o objetivo de lazer, negócios ou outros motivos, não relacionados com uma atividade remunerada no lugar visitado.”

Conforme essa definição, o turismo (a) envolve viagens ou estadas em lugares diferentes do entorno habitual, (b) limita-se a um período consecutivo máximo de 12 meses e (c) não prevê realização de atividade remunerada no lugar visitado. Esses elementos, embora importantes, ao invés de expressarem a essência do turismo e a sua compreensão no âmbito da sociedade no qual é desenvolvido, acabam voltando-se para aspectos que permitem o levantamento de estatísticas e quantificação das cifras que envolvem o setor. O esforço é válido, mas um conceito operacional como este não possibilita uma compreensão mais consistente da dinâmica social que permite a manifestação da experiência turística. Sem contar que, mesmo resguardando as peculiaridades do turismo, a definição elaborada pela OMT é semelhante ao conceito de lazer elaborado por Dumazedier (1976, 1979), que seguiu a mesma lógica operacional para caracterizar este fenômeno em meados do século XX.

Nessa perspectiva, inúmeras indagações são pertinentes e necessárias para buscarmos compreensões mais ampliadas de turismo. Porque uma pessoa não pode vivenciar o turismo em sua própria cidade? Em termos de experiência turística, qual a diferença entre o “turista cidadão” e o “turista forasteiro” quando ambos estabelecem uma relação de “estranhamento” com os atrativos de uma cidade, seja ou não aquela em que ele habita? Porque o cidadão não pode (re)construir significados ao se deparar com o novo, com o similar ou com o diferente proporcionados pela experiência turística em sua cidade? Para compreender a essência do turismo, será que a categoria *deslocamento* de pessoas não é preferível a viagem? Da mesma maneira, a categoria *lugar* não é mais adequada do que entorno habitual? Se estada significa parada ou permanência de uma pessoa em algum lugar, porque na área do turismo ela

implica, necessariamente, pernoite em uma cidade distinta daquela em que se reside? Porque quando não há pernoite o indivíduo que vivencia o turismo é taxado de “excursionista”? Ao exercer qualquer tipo de atividade profissional remunerada em outra cidade, estado ou país, porque não se considera que um indivíduo vivencia o turismo quando aproveita a ocasião para conhecer as peculiaridades do local e seus atrativos turísticos, além de utilizar toda a infra-estrutura do setor? Em suma, até quando ficaremos presos a visões e a conceitos que acabam ferindo a essência (e a riqueza!) da experiência turística?

Com isso, muitos “porquês” anseiam por reflexões e novas interpretações na área do turismo...

Ao experienciar o turismo – deslocando-nos simbólica ou concretamente em tempos/espacos – ficamos mais propensos a interagir com mais acuidade com o ambiente, com as pessoas que nos cercam e até mesmo conosco. Ficamos mais abertos a perscrutar, ao redor, tudo aquilo que nos parece desconhecido ou familiar, como sugerem Gastal e Moesch (2007). Podemos, além disso, desenvolver práticas e comportamentos em outros ritmos e lógicas. Identificamos os novos e já conhecidos atrativos, que se constroem através dos signos que lhe conferimos. Esses elementos afirmam a nossa própria identidade, revelando-nos assim que o turismo é um fenômeno relacional. Neste sentido, a experiência turística se inicia antes da sua realização efetiva e permanece mesmo depois que, aparentemente, ela termina... por meio das lembranças que ficaram gravadas em cada um, sejam elas quais forem.

Tais reflexões sobre a experiência turística, apesar de incompletas e inacabadas, evidenciam a urgência de irmos além das abordagens meramente econômicas e operacionais. Para isso, é necessário buscar fundamentos que nos possibilitem compreender o turismo em sua dinamicidade, (re)conhecendo a importância das representações sociais e dos significados que este fenômeno é capaz de gerar: significados esses que, para muitos estudiosos, estabelecem estreitos vínculos com o lazer.

O repensar dessas questões passa pela (re)politização do lazer contemporâneo enquanto espaço de vida coletiva, pelo questionamento da supremacia do valor de troca em

detrimimento do valor de uso, pela recriação da práxis urbana, pela revisão da hegemonia da lógica do privado que destrói o bem coletivo para que uma cidade possa ser, de fato e para todos, o espaço da liberdade, da política, da cidadania e da justiça, tal como discorre Lefebvre (1999) sobre a revolução urbana.

Penso que uma “revolução” neste horizonte precisa considerar as experiências de lazer politicamente engajadas e comprometidas com a “educação das sensibilidades”. Segundo Santos (2004), ela perpassa as práticas iniciáticas à cultura (mundo simbólico), através da cultura das várias culturas (de grupos sociais num determinado espaço de tempo). As diversas formas de arte – plásticas, musicais, literárias, videográficas, filmicas –, assim como outras experiências de lazer, adquirem papel relevante nesse processo. Imagens e os símbolos, por meio de narrativas, articulam o patrimônio histórico-cultural do humano e sua memória com o repertório cultural cotidianos dos sujeitos entrelaçados a suas trajetórias individuais, tornando-os significativos, e possibilitando-lhes a sua apropriação e reelaboração poética. O conhecimento retorna, então, ao coração, cumprindo o seu destino, como bem observa o autor.

Enfim, falar sobre o lazer urbano contemporâneo e educação das sensibilidades é falar de uma vasta e polissêmica realidade que, sobretudo, deve ser tomada em sua complexidade, como diversidade artística, poética, cultural, econômica, ambiental, urbanística, arquitetônica, pedagógica, política e social. Esses elementos se constroem tanto com os dados imediatos de suas materialidades, quanto com o acervo simbólico (e, por vezes, imponderável!) dos sonhos e dos desejos: fermento e ferramenta da transformação, da busca do modo mais solidário e lúdico de viver, do encontro não só entre pessoas, mas entre vários tempos, espaços, saberes, sabores, linguagens, tecnologias, produtos, tradições, culturas e sensibilidades.

Referências

- ALVES, Vânia F. N. Uma leitura antropológica sobre educação física e o lazer. In: WERNECK, Christianne Luce G. *Lazer, recreação e educação física*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.83-114.
- ALVES, Vânia F.N.; GOMES, Christianne L.; REZENDE, Ronaldo. *Lazer, lúdico e educação*. Brasília: SESI/DN, 2005.
- BRANDÃO, Carlos Antonio L. (Org.). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DIAS, Reinaldo. *Planejamento do turismo: Política de desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- FALEIROS, Maria Izabel. Repensando o lazer. *Perspectivas*. São paulo, v.3, p.51-65, 1980.
- GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka M. *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph, 2007.
- GOMES, Christianne Luce (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.
- GOMES, Christianne Luce. *Lazer, trabalho e educação: Relações históricas, questões contemporâneas*. 2.ed. rev. amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- GOMES, Christianne L. *Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2003. (Tese, Doutorado em Educação).
- GOMES, Christianne Luce. Espaço urbano, transversalidade e lazer. In: CARVALHO, João Eloir (Org.). *Lazer no espaço urbano: Transversalidade e novas tecnologias*. Curitiba: Champagnat, 2006. p. 103-111.
- GOMES, Ana Maria R.; FARIA, Eliene L. *Lazer e diversidade cultural*. Brasília: SESI/DN, 2005.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- ISAYAMA, Hélder F. Reflexões sobre os conteúdos físico-esportivos e as vivências de Lazer. In: Nelson Carvalho Marcellino. (Org.). *Lazer e Cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 31-46.
- KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. 3.ed. São Paulo: Aleph, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- MARCELLINO, Nelson C. *Lazer e educação*. Campinas: Papyrus, 1987.
- PERES, Fabio F. *Lazer e cultura popular na agenda local: Mobilização e ação coletiva em Manguinhos*. Rio de Janeiro: FioCruz, 2004. (Dissertação, Mestrado em Saúde Pública).
- SAHLINS, Marschall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, Marcos F. *Crepusculario*. Conferências sobre mitohermenêutica e educação em Euskadi. São Paulo: Zouk, 2004.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.